

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.634 - RJ (2019/0294252-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : ANDREIA TEIXEIRA MORET PACHECO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RUAN FERREIRA DA CUNHA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RUAN FERREIRA DA CUNHA em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Consta dos autos que o paciente foi absolvido das imputações relativas aos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, II e V, do CP e 244-B da Lei 8.060/90, com fundamento no art. 386, VII do CPP.

Interposto recurso de apelação pelo *Parquet*, a Corte de origem deu-lhe provimento para condenar o paciente, como incurso no art. 157, § 2º, II e V, do CP, à pena de 6 anos, 9 meses e 18 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 14 dias-multa.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos para corrigir erro material, fazendo constar na ementa e na parte dispositiva a condenação do paciente nas sanções do art. 157, § 2º, II e V, do CP e art. 244-B da Lei 8.069, na forma do art. 69 do CP, estabelecendo a pena em 6 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 14 dias-multa.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para aumentar a pena-base acima do mínimo legal e fixar o regime inicial fechado para o cumprimento da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reduzido o aumento pelo reconhecimento de duas majorantes, bem como fixado regime inicial de cumprimento de pena menos gravoso.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente

Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal.

O Tribunal de origem fixou o regime fechado pelos seguintes fundamentos (fl. 42):

O regime prisional mais adequado ao caso concreto, à justa e eficaz resposta ao injusto praticado pelo Apelado é o fechado, diante das circunstâncias em que a infração penal foi cometida e ao roubo duplamente circunstanciado, crime extremamente grave, que tem causado séria repulsa e intranquilidade a sociedade, exigindo severidade no tratamento, sendo o que melhor se presta à prevenção e à repressão de tão grave delito.

Sendo as penas-base fixadas no mínimo legal e restando definitivamente estabelecida em patamar inferior a oito anos (6 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão), a definição de regime penal mais gravoso exigiria concreta motivação, a tanto não servindo argumentos de gravidade abstrata do delito, a presença de majorantes ou dos genéricos efeitos sociais da criminalidade:

Súmula 440: "Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito".

Súmula 718/STF: "A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada".

Súmula 719/STF: A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea".

Dessa maneira, nota-se que nenhuma motivação pelos crimes concretizados (roubo majorado e corrupção de menores) foi aduzida no acórdão atacado para fixar o regime mais severo, o que torna certa a ausência de fundamentos válidos para a imposição de regime mais gravoso.

Não se tendo no tema, com a clara motivação deficiente, divergência na Sexta Turma do Tribunal, desde logo reconheço a ilegalidade argüida.

De outro lado, evidenciado resta o *periculum in mora* pelo início de cumprimento de pena do réu em regime prisional mais gravoso do que o que lhe seria devido.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar, até o julgamento final deste *writ*, que o paciente cumpra a pena em regime semiaberto.

Comunique-se.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

